



SENADO FEDERAL

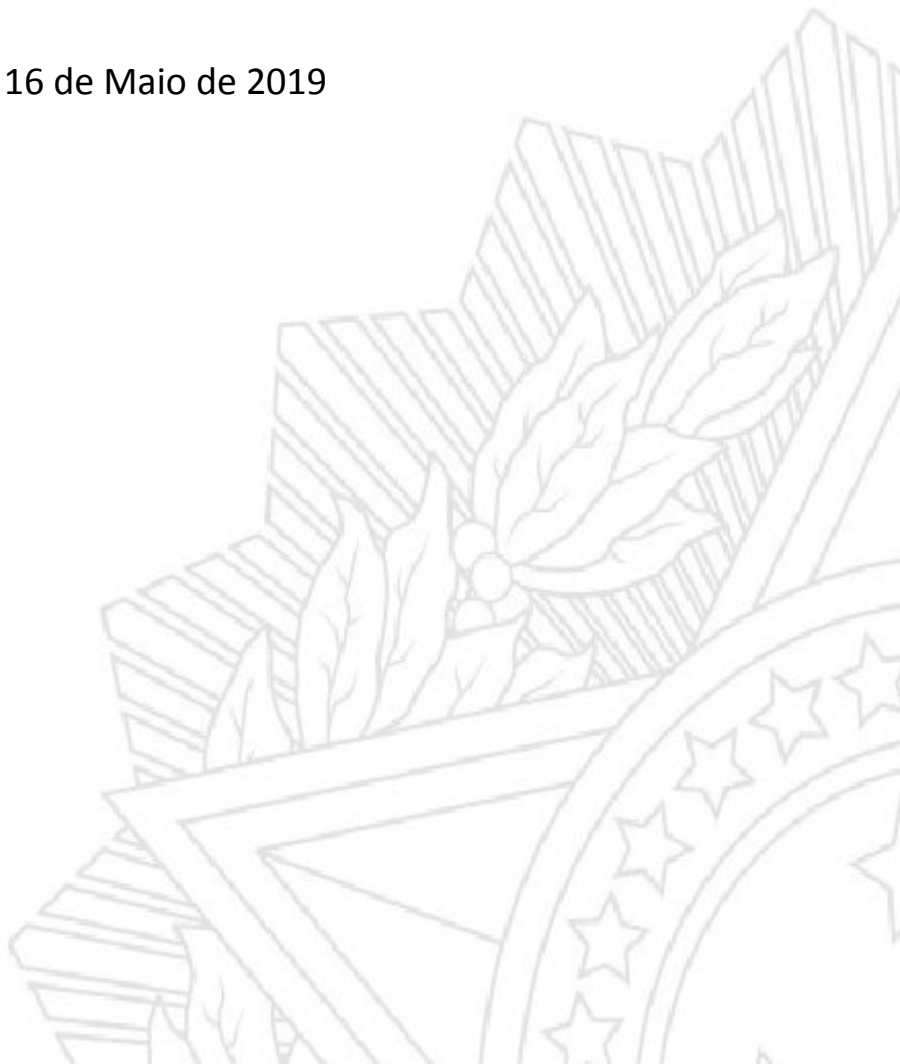
PARECER (SF) Nº 14, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2019, que Aprova o texto da Emenda ao Artigo IV, Seção 3, alínea “a”, da Convenção da Corporação Financeira Internacional (CFI) constante da Resolução nº 256, da Junta de Governadores, adotada em 9 de março de 2012.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

16 de Maio de 2019



**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2019 (PDC nº 168/2015), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto da Emenda ao Artigo IV, Seção 3, alínea “a”, da Convenção da Corporação Financeira Internacional (CFI) constante da Resolução nº 256, da Junta de Governadores, adotada em 9 de março de 2012.*

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 126, de 2019, decorrente de Mensagem Presidencial nº 358, de 5 de novembro de 2014, que propõe aprovar o texto da *Emenda ao Artigo IV, Seção 3, alínea “a”, da Convenção da Corporação Financeira Internacional (CFI) constante da Resolução nº 256, da Junta de Governadores, adotada em 9 de março de 2012.*

Após ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 11 de abril de 2019, a matéria seguiu para esta Casa e foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

De acordo com os termos da exposição de motivos, assinada pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Ministro da Economia, a *Junta de Governadores da Corporação Financeira Internacional (IFC), instituição do Grupo Banco Mundial, aprovou alterações no texto da Convenção da Corporação com vistas a proporcionar maior voz e participação aos países em desenvolvimento, por meio de emenda constante da Resolução nº 256, adotada em 9 de março de 2012.* Essa emenda entrou em vigor no dia 27 de junho de 2012 no plano internacional.



SF/19880.33972-15



O PDL nº 126, de 2019, aprova o referido tratado, porém condiciona à nova aprovação do Congresso Nacional “*quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Emenda, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*”.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, este acordo é favorável ao Brasil, ao alterar o modo de votação nessa instituição do Grupo do Banco Mundial, composto pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos (CIRDI) e, objeto desse acordo, a Corporação Financeira Internacional (SFI ou IFC).

Essa organização possui votos básicos, distribuídos de modo igual entre os Membros, e votos acionários, distribuídos proporcionalmente a partir do capital subscrito pelos Países.

Pela Emenda em análise, os votos básicos, que outrora representavam 1,88% do poder de voto total da IFC na prática (o voto básico era fixo em 250, somando-se ao voto para cada ação detida pelo País), agora passarão a compor a cifra fixa de 5,55%. Desse modo, os Países em desenvolvimento e economias em transição (DTCs), dos antigos 33.4% do poder de voto, passarão a ter 44,1%, similarmente ao que já ocorreu com o BIRD, outra instituição do Grupo do Banco Mundial. Quanto ao Brasil, terá 2,27% de participação total.





Portanto, inegável o benefício que trará ao nosso País essa mudança no cômputo de votos da IFC.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19880.33972-15



Relatório de Registro de Presença
CRE, 16/05/2019 às 09h - 16ª, Extraordinária
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
MECIAS DE JESUS	1. RENAN CALHEIROS
JARBAS VASCONCELOS PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCIO BITTAR	3. SIMONE TEBET
ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA
DANIELLA RIBEIRO	5. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
MARA GABRILLI PRESENTE	2. ORIOVISTO GUIMARÃES
ROMÁRIO PRESENTE	3. FLÁVIO BOLSONARO
MAJOR OLIMPIO	4. SORAYA THRONICKE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
KÁTIA ABREU	1. ACIR GURGACZ
RANDOLFE RODRIGUES	2. FLÁVIO ARNS PRESENTE
MARCOS DO VAL PRESENTE	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
RENILDE BULHÕES	1. HUMBERTO COSTA
JAQUES WAGNER	2. TELMÁRIO MOTA

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
NELSINHO TRAD PRESENTE	1. AROLDE DE OLIVEIRA
ANGELO CORONEL	2. CARLOS VIANA PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES PRESENTE	1. MARCOS ROGÉRIO
ZEQUINHA MARINHO	2. MARIA DO CARMO ALVES

Não Membros Presentes

JORGE KAJURU
PAULO PAIM

DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 126/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

16 de Maio de 2019

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional